

A FORMAÇÃO DO VÍNCULO RAÇA E CLASSE EM SALVADORⁱ

Osmundo de Araujo Pinhoⁱⁱ

*“As idéias teóricas inspiram
estimativas muitas vezes
falhas: a decisão reside nas
batalhas”*

Shakespeare, no Macbeth

INTRODUÇÃO: USOS DE RAÇA E CLASSE

No núcleo da argumentação “canônica” para o desenvolvimento das novas identidades e organizações negras em Salvador, identificadas como promotoras ou, no mínimo, expressões do processo de Reafricanização, encontramos a associação entre classe e raça. Fundadores tanto do MNU (Movimento Negro Unificado) como do Bloco Afro Ilê Aiyê seriam trabalhadores da nova indústria brasileira, participando de um redesenho da estrutura das classes, da divisão do trabalho e mesmo da sociedade soteropolitana. O vínculo raça e classe parece ser, desse modo, fundamental para entender a construção das novas identidades negras em Salvador e a formação de contra-públicos negros.

Neste artigo procuro reconstituir o processo de formação deste vínculo no histórico-concreto das relações sociais em tela. Para fazer isso parto de alguns pressupostos. O primeiro deles é de que o entendimento da problemática racial brasileira só pode ser realizado a partir da historicização minuciosa da “situação” ou da “coisa” racial brasileira, isso significa considerar a literatura teórica e empírica nacional, mas significa principalmente voltar os olhos para categorias, processos, lutas e interpretações reflexivas postas em movimento pelos próprios sujeitos sociais. Em segundo lugar, tentarei dar ênfase para os usos concretos e

circunstancializados de categorias e práticas raciais, compreendendo que raça no Brasil é o modo de seu uso em contextos descritíveis e objetivamente identificáveis. Através do material empírico disponível procurarei, desse modo, flagrar os usos concretos da raça - que são os modos de sua construção.

Parece-me fundamental estabelecer umnexo teórico, e que se demonstre empiricamente, entre macro-estruturas e a esfera das interações cotidianas e práticas do “mundo da vida”, nesse caso a atenção aos contextos é o procedimento obrigatório, principalmente porque o que chamaremos raça será fruto destes processos interconectados em vários níveis e não um *a priori* que se anteporia à realidade. Por fim, quero dizer que acredito, como S. Schwartz, que o espaço determinado pelas relações de produção (materiais e simbólicas) são o coração de vida social, no sentido de que prefiguram a ordem econômica no seu nível mínimo de reprodução, assim como o modo social de reprodução das formas de poder, dominação e exploração dando o tom das estruturas políticas e culturais gerais. Seguindo Marx, Schwartz diz que neste núcleo mínimo se encontra o segredo íntimo da sociedade. Espero poder, nas páginas seguintes, esclarecer como estes pressupostos se aplicam de modo favorável a meu problema.

O NEGRO E A SOCIEDADE DE CLASSES NO BRASIL

O desenvolvimento dos estudos sobre Relações Raciais no Brasil marcam o momento de profissionalização e institucionalização das ciências sociais brasileiras. Florestan Fernandes e a chamada Escola de Sociologia Paulista, ao mesmo tempo em que fundam as ciências sociais modernas também inauguram a problemática central do campo, em oposição, inclusive, aos chamados Estudos Afro-Brasileiros, voltados principalmente para o Nordeste e para práticas negras consideradas “culturais” e/ou tradicionais. Florestan e seus alunos interessaram-se pelo problema do negro na sociedade de classes e São Paulo seria o sítio privilegiado para investigação, na medida em que seria o pólo dinâmico do capitalismo brasileiro e o lugar onde a nova sociedade de classes estaria sendo forjada.

Nessa seção vamos acompanhar principalmente um fio da argumentação de Fernandes e Ianni sobre a inserção do negro na sociedade de classes, ou, nas palavras de Fernandes na “ordem social

competitiva”. Na verdade, a discussão que importa fazer é como a questão da relação entre raça e classe se apresentou classicamente neste momento de formação do campo, uma vez que a interpretação desenvolvida revelou-se muito influente e definiu uma perspectiva determinada e forte para leituras subseqüentes. O ponto de partida fundamental da análise é a realidade histórica da escravidão, sua superação como modo de produção e a transformação da sociedade pelo trabalho livre. Este processo é o mesmo processo de exclusão do negro e de sua marginalização no mercado de trabalho, daí decorrendo sua subalternização na sociedade como um todo. Na medida em que se imaginava que São Paulo poderia oferecer um modelo para o desenvolvimento futuro do Brasil rumo a uma sociedade “de contrato” e não estamental como a escravista, compreender o processo de transformação do negro, de escravo em trabalhador, poderia prefigurar o processo mais amplo de modernização da sociedade brasileira, das relações raciais, assim como da formação das classes. Afinal, o trabalho de Florestan Fernandes é dedicado a descrever como “povo”, nesse caso o povo negro, entra na história, ou seja, torna-se sujeito para si mesmo.

A colocação do problema em F. Fernandes é bem conhecida. O desenvolvimento das forças produtivas, assim como as pressões internacionais e internas conduziram ao fim legal da escravidão, uma instituição que já destruía-se a si mesma há algum tempo. O “elemento negro” incorporado à sociedade brasileira apenas como “braço escravo” seria, entretanto, o legado da escravidão, um legado que deveria, do ponto de vista branco, ser posto à margem do processo produtivo e da sociedade nacional. Os esforços para a substituição da mão-de-obra negra pelo imigrante estrangeiro são bem conhecidos e seus efeitos também (Santos, 1997; Fernandes, 1978; etc.). A marginalização do negro que, neste argumento, veio egresso da escravidão sem condições de competir com o imigrante europeu em um mercado de trabalho “livre”, tornou-se uma conseqüência inevitável. Sem as habilidades exigidas pelo mercado de trabalho em modernização o negro ficou para trás. Não possuiria capacidades técnicas, nem o hábito da submissão às regras do trabalho livremente contratado. A escravidão havia transformado para ele o trabalho em uma maldição, algo humilhante e marca evidente da inferioridade.

Fundamentalmente, a questão da pobreza e exclusão dos negros era vista como uma questão de “demora cultural”, as divisões por raça

estariam fadadas a desaparecer com o desenvolvimento do capitalismo que implicaria em relações contratuais “livres” de determinações de outra natureza além daquelas do trabalho abstrato. A situação de São Paulo era, por outro lado, historicamente desvantajosa para os negros em relação a outras cidades como, por exemplo, Salvador, com maioria esmagadora de negros e mestiços, distribuídos na estrutura ocupacional em nichos de trabalho urbano especializado, nichos que em São Paulo foram ocupados pelos brancos imigrantes.

Em São Paulo produziram-se dois mundos distintos, em cada um destes os efeitos da modernização foi muito diferente. A sociedade só poderia ser considerada efetivamente igualitária e democrática no mundo branco, enquanto o mundo negro permanecia artificialmente deprimido, relacionando-se com o mundo branco e com os brancos através das tradicionais formas rituais de deferência e subordinação, sendo esta a única chance de alguma ascensão individual. Em sociedades como a baiana, por outro lado, a divisão social do trabalho teria ganho uma acomodação secular com uma longa presença de negros e mulatos livres, trabalhando em ocupações urbanas, no “ganho”: sapateiros, carregadores, vendedoras de comida, estivadores, etc. Segmentos dessa população alcançaram até lugares intermediários na estrutura ocupacional como pequenos funcionários e comerciantes. Essa situação seria favorável ao negro baiano e, segundo Florestan, “*a história trabalhará em favor de suas aspirações de ascensão social*” (Fernandes, 1972:53). Mais adiante veremos como a história, entretanto, trabalhou.

É importante definir, nesse sentido, a relação constitutiva entre a persistência do passado como um fator do atraso sociocultural no contexto do capitalismo dependente e periférico e a própria estrutura social. O racismo e a discriminação estariam acoplados ao “*ethos*” brasileiro, na forma específica do ocultamento do racismo através de práticas de etiqueta, nossa herança do paternalismo escravista. Por outro lado, é importante destacar que Florestan deixa claro como o conjunto da sociedade, dividida em mundo negro e mundo branco, relacionou-se de modo diferente com esse legado segundo suas próprias posições sociais. De um lado, o Estado Branco procurou livrar-se do problema do negro apostando no seu eventual desaparecimento físico e social; de outro, os negros procuraram desenvolver suas próprias formas de organização sobre a “terra arrasada” da escravidão. Como Santos conclui, os senhores trouxeram da escravidão o medo e desprezo ao

negro e ao trabalho como coisa de negros, laborando para sua extinção e exclusão, o que quer dizer que não apenas a incapacidade cultural do negro dificultou sua inserção, mas principalmente as barreiras levantadas pelo racismo.

Enquanto em Florestan a problemática da relação raça e classe está posta na dificuldade que a herança escravista lançou no presente para a formação de classes sociais modernas no Brasil, representando as raças um fenômeno de demora cultural e de atraso, em Otávio Ianni vemos uma associação de outro tipo. Para este, raças são a forma concreta de subordinação de classe em sociedades pós-escravistas como o Brasil e o preconceito racial será a forma como se garante as condições para a exploração capitalista em um contexto racialmente determinado (Ianni, 1966:42). Sendo assim, as raças seriam o “sintoma” de algo mais essencial e profundo que operando em um nível mais real determina as raças como formas no plano da cultura, das representações e do discurso. Assim como Florestan e outros autores, Ianni chama atenção para a interação dos sistemas raciais com a estrutura social e por estrutura social podemos divisar a organização social da produção e a divisão social do trabalho.

Em Florestan podemos perceber um desenho do social que guarda lugar para grupos de prestígio ou estamentos, relacionados com a estrutura produtiva, que extraem seu poder não necessariamente das relações com os meios de produção, mas que podem favorecer para si esse acesso através de privilégios estamentais. Em Ianni, ao contrário, a ênfase recai sobre a base econômica e a relação de diferentes grupos com essa base é a fonte do poder. Em outro trabalho ele coloca: “*Las condiciones de raza e classe se subsumen reciprocamente*” (Ianni, 1977:72). Ainda nesse artigo este autor diz que as imbricações de raça e classe se reforçam no sentido de garantir a exploração e a subordinação, as mudanças realmente significativas nesse campo devem-se se dar na divisão social do trabalho e em fatores dessa ordem.

Desse ponto de partida inicial do debate vemos que algumas características se decantam:^{1º}) antes de mais nada *a presença histórica da escravidão* projetando seus efeitos sobre o presente. Estes efeitos seriam, i) principalmente a degradação do trabalho e de seu portador essencial no regime escravista, o negro, mas também, ii) a atitude branca diante dos negros, a um só tempo violentamente racista e paternalista e mais, iii) o arcabouço da raça como resíduo ideológico de um sistema ultrapassado,

mas que persiste como um fator de reprodução do modo capitalista de exploração e como um fator a atrasar a formação de uma sociedade classes, livre e efetivamente burguesa no Brasil. 2º) Em vista disso, o preconceito racial estrutura fortemente a sociedade brasileira de um modo em geral e a paulista em particular. Operando na esfera cultural ou das representações como um elemento de organização da sociedade o racismo e as raças compõem de modo intrínseco a estrutura social; combater o racismo seria, nesse sentido, transformar a sociedade.

Neste debate três termos parecem merecer uma melhor qualificação. Os termos têm estatuto ontológico e importância diferente na minha argumentação, mas os três são igualmente importantes e não podemos seguir adiante sem algum acordo sobre eles. Eles são raça, status, por oposição à classe, e a categoria trabalho, central no que vimos e no que veremos a seguir.

É preciso considerar essas categorias em profundidade histórica, assim é que, por exemplo, a caracterização de Schwartz da sociedade escravista baiana toma como ponto de partida as relações de produção contraídas entre senhores e escravos. Estas eram relações entre uma força de trabalho estrangeira, em grande parte africana e fenotipicamente distinta, e uma classe proprietária branca. Os princípios de hierarquia, a divisão do trabalho, a violência envolvida na submissão forçada e fatores que moldavam a operação do trabalho em termos concretos, alinhavam a estrutura social como um todo, determinando costumes, estruturas políticas e mesmo uma relação com a cultura. A sociedade escravista era, obviamente, uma sociedade de trabalho escravo, os trabalhadores eram cativos, eles próprios mercadoria, enquadrados em todas as prerrogativas de um bem “móvel”. As relações produtivas davam-se então sob a égide do trabalho forçado pela violência, o que implicava a inferiorização social, a anulação política e a coação física de segmento majoritário da população, que era africano (ewe, ijexá, bacongo, etc.) e transformou-se em negro (Schwartz, 1995).

O trabalho escravo estava assim no centro da sociedade escravista. Mas como poderíamos qualificá-lo melhor? Vejamos. O ser humano produz seus meios de subsistência através de relações com a natureza que só são possíveis através da mediação das relações sociais entre homens e mulheres. Ao produzir sua sobrevivência o ser humano produz a si mesmo através do trabalho. É por esse motivo evidente que no marxismo a esfera econômica é fundamental, porque a reprodução

material das populações é também a construção de relações sociais que organizam a produção, a distribuição e, por conseqüência, a sociedade. Ora, tais relações ao mesmo tempo constituem o ser humano, que é sempre histórico. O trabalho é assim processo social e o Processo Social por excelência (Giannotti, 1984).

Oracy Nogueira vai por caminho semelhante, ao divisar na organização da produção, nos termos da *plantation* escravista, um modelo para sociedade escravocrata como um todo (Nogueira, 1985[1954]:70). A distribuição dos estratos étnicos na estrutura da divisão do trabalho fez parte da ordem racial em formação no Brasil e, é claro, em Salvador. A gradação entre brancos e negros, com mestiços em posições intermediárias, daria feição concreta e racial à organização da produção como uma forma de regular a distribuição de riquezas. Não estou desconsiderando aqui, é claro, diversos outros fatores intervenientes na formação do caráter da sociedade colonial. Para citar apenas alguns devemos lembrar as pretensões aristocráticas da classe dominante, o patrimonialismo do estado português, etc. Mas quero dar ênfase à importância do trabalho e de sua organização como modo de organização política da produção e da subordinação, assim como seu papel para a consolidação de uma ordem social e de determinada imagem dessa ordem social, imagem que encontra correspondência na estrutura ocupacional, na divisão do trabalho, nos estereótipos e na ideologia. A sociedade escravista considerada a partir do ponto de vista do trabalho não desloca e, na verdade, pressupõe uma incorporação racial na estrutura social. O trabalho escravo, e/ou o trabalho de negro, ou seja, manual e subordinado, parece ser o ponto de articulação para a produção da sociedade como uma reprodução das condições desiguais de participação social. Esta articulação é histórica e particular à sociedade do Recôncavo Baiano, sua particularidade é dada pela própria história e pela ação dos homens diante das circunstâncias.

A categoria trabalho é fundamental para descrever a desigualdade ou diferenciação social de um modo que as vincule à esfera produtiva ou econômica, ou seja, é uma estratégia do materialismo histórico. O outro modo clássico de conceber a diferenciação social seria em termos de *status* ou estratificação social que faz das divisões sociais o ponto de partida e não de chegada para compreensão do problema. Em Weber, a situação de classe se apresenta, quando diante de um mercado, como estrutura de oportunidades e um grupo de sujeitos em posição

social semelhante tem as mesmas chances de realizar essa oportunidade. Estas chances são determinadas pelo acúmulo de prestígio ou outras vantagens. Estamento seria um grupo social que gozaria destes privilégios por nascimento, monopólios, etc. Classes seriam grupos sociais abertos, ou seja, não hereditários, enquanto que castas seriam grupos sociais fechados por hereditariedade, por exemplo (Guimarães, 1996, Weber, 1994).

Todo o debate sobre relações raciais em Salvador, até os anos 70 pelo menos, parece oscilar entre esta oposição: estaríamos diante de uma sociedade de classes, ou seja, aberta, onde as raças seriam um resíduo pré-moderno; ou seria a sociedade soteropolitana estamental, onde se encontrariam grupos de prestígio marcados pela cor, grupos mais ou menos maleáveis, uma vez que a linha de cor não seria assim tão rígida na Bahia e que a cor seria “social”. No concreto histórico da situação que nos interessa a discussão se fez tomando por base a distinção entre classe e estamento, no sentido weberiano em que as divisões sociais não se enraízam necessariamente na estrutura econômica, uma vez que grupos não-proprietários desfrutariam de poder na sociedade e mais poder daria acesso a benefícios e não o inverso.

Definindo-se assim o problema, a noção de raça aplicada a este debate deve ser considerada como resultante da inflexão histórica específica dos conceitos sobre a perspectiva sociocultural desenhada. Raças não serão, por fim, tomadas nesse estudo como categorias *apriorísticas*, mas negociadas em contextos específicos. Assim, Antônio Sérgio Guimarães faz equivaler raça a cor para tentar explicar como ordens diferentes de fatores interagem no campo concreto para produzir subordinação na reprodução social. No Brasil, e na Bahia, raças se travestem da cor. Voltaremos a isso depois, mas é preciso apontar já como a categoria nativa raça/cor é tomada como operando em ambiente material determinado e a categoria analítica raça é considerada de modo não racialista, mas exatamente atento aos usos históricos e concretos que a noção ganha, sua rentabilidade heurística sendo medida pela capacidade de articular diferentes esferas da ação e da representação a partir deste eixo (Guimarães, 1999).

SALVADOR: PAISAGEM EM TRANSFORMAÇÃO

A cidade do Salvador foi a capital colonial brasileira até 1763, quando a sede do governo foi transferida para o Rio de Janeiro. A cidade surgiu e desenvolveu-se em torno da cana-de-açúcar e do trabalho escravo. Conforme mostra Schwartz, mesmo no século XIX quando do suposto declínio do açúcar brasileiro no mercado internacional, a economia do açúcar ainda era a mais importante da região. Juntamente à classe dos proprietários de engenho, grandes comerciantes hegemonizavam a situação e tinham papel fundamental na economia. A partir dos anos 20 do século passado, entretanto, a decadência da economia tornou-se séria e a cidade e seu entorno, chamado Recôncavo por ser a orla da Baía de Todos os Santos, mergulhou em relativa estagnação econômica (Faria, 1980:34).

A cidade manteve sua vocação comercial, aliada à função estratégica de porto de escoamento para a produção de fumo, açúcar e de pequenas indústrias como a de charutos, tecidos, etc., tinha sua economia própria e seguia assim aristocrática e tradicional até os anos 50 quando, na esteira da onda nacionalista, a Petrobrás foi fundada e iniciou seu trabalho de extração e refino de petróleo na Baía de Todos os Santos, construindo em seguida a refinaria Landulfo Alves, em Mataripe, no Recôncavo. Vinte anos depois, capitais públicos e privados, locais e internacionais, associaram-se sob o comando da Petrobrás para instalação do segundo Pólo Petroquímico Brasileiro em Camaçari (COPEC) em 1972. A estes três momentos a literatura identifica três fases diferentes de desenvolvimento econômico e social da cidade e das classes com correspondentes rearranjos no plano das relações raciais.

Donald Pierson descreve a Bahia dos anos trinta como uma sociedade multirracial de classes onde a linha de cor não existiria como uma fronteira intransponível limitando as chances de ascensão social de negros e mestiços, haja vista a presença, ainda que pequena, de negros nas “esferas superiores” da sociedade. Com relação ao significado da diferenciação social Pierson é bem claro, ele fala em raça e status social:

“Existia, na Bahia, na época de nossa pesquisa, uma ordem social de livre competição, na qual os indivíduos pleiteavam posição baseada principalmente em relações pessoais e favoráveis condições de família. Na determinação do status

social, a competência do indivíduo, a sua instrução e realizações profissionais, bem como seus recursos financeiros tendem e a superar a origem racial.” (Pierson, 1971 [1939]:226).

Pierson conclui pela não existência do racismo na Bahia e acredita que tanto os estereótipos quanto à posição inferior do negro na estrutura econômica são devidos ao legado nefasto da escravidão que já se ia dissolvendo. Nesse sentido, a situação de classe de um determinado indivíduo é o que realmente contava na sua promoção social e o quesito cor seria secundário. É importante compreender que para Pierson classes significam qualquer segmento vertical de uma sociedade, em oposição à casta, ou seja, estamos em áreas weberianas (Guimarães, 1996). Pierson vê uma correspondência sempre repostada entre os grupos de cor e as classes realizando-se na ocupação espacial, na divisão do trabalho, no carnaval, etc. Entretanto, não faz ver essa coincidência como a reprodução social desigual porque não concebe os grupos sociais em luta – classes – como participando do jogo de reordenação da sociedade desde suas bases econômicas.

Com relação à estrutura ocupacional, vale a pena lembrar algumas das observações de Pierson. No quadro “*Distribuição Racial nos empregos em que pareciam predominar os pretos, Salvador, 1936*” vemos que os pretos e mulatos são maioria entre os carregadores, 97% e 3% respectivamente; entre as lavadeiras haviam 89,5% de pretas e 9,5% de mulatas; entre pedreiros 82,4% de pretos e 16,8% de mulatos; entre os estivadores 1,6% de brancos, 81,6% de pretos e 15,2% de mulatos e assim por diante. Vamos ver que estas são profissões negras ou “trabalho de preto” até hoje em Salvador, assim como são ocupações que vieram do século XIX com essa mesma associação.

No quadro “*Distribuição Racial nos empregos em que pareciam predominar os brancos, Salvador, 1936*” vemos que entre os bancários 84,0% eram brancos, 2,4% mulatos e nenhum preto; entre os negociantes 75,0% eram brancos e 7,5% mulatos, além, de 17,5% “branqueados” e nenhum preto; entre as dançarinas de cabaré temos 67,31% de brancas, 11,5% de mulatas e nenhuma preta; entre os advogados 67,1% de brancos, 9,7% de mulatos e 1,7% de pretos; entre os médicos 63,0% de brancos, 20,0% de mulatos e 1,0% de pretos.

Não houvesse uma coerência nessa distribuição que aloca diferencialmente, do mais claro ao mais escuro, os agentes na escala das ocupações, das mais intelectualizadas às mais “braçais”, poderíamos dizer que a especialização ocupacional não corresponderia a uma organização racial global da produção, da distribuição e administração de posições sociais vantajosas. Uma distribuição que além de coerente preservou os lugares e os códigos sociais herdados do século XIX. Talvez, por isso a ênfase posterior de Tales de Azevedo na permanência dos grupos de prestígio ou status (Azevedo, 1996 [1955]:67).

Antônio Sérgio Guimarães chamou a atenção para os avanços de Azevedo em relação a Pierson. O autor baiano usou o termo *status* com o estatuto análogo ao de classe ou casta, ou seja, como uma categoria da estrutura social e não como advinda da interação social, em função disso parece ter acertado em dividir a sociedade entre dois grupos que através das distinções de cor solidificavam e davam objetividade à hierarquia social. Thales se equivocou em dois pontos, entretanto. Primeiro, a ordem estamental das cores, cristalizada no escravismo não evanesceu com o desenvolvimento global da sociedade, ou seja, as classes que se iam formando, não dissiparam os códigos sociais das hierarquias de cor; segundo, a ordem capitalista ao invés de dispensar o preconceito racial fez uso dele na forma específica de seu desenvolvimento (Guimarães, 1996).

Francisco de Oliveira descreve a Bahia tradicional, retratada por Pierson, como uma cidade onde as elites viviam faustosamente graças ao controle do comércio de exportação de alguns poucos bens. A Divisão do Trabalho, relativamente simples, dava estabilidade a um arranjo no qual uma pequena parcela viveria das atividades econômicas nobres, uma outra dos dividendos do estado e a grande maioria subsistiria nas franjas da ordem econômica realmente existente, vivendo de “expedientes”, favores, ou das sobras do capital acumulado. Veremos que é a partir desta localização periférica da grande massa, que no caso de Salvador é formada pelos descendentes de escravos, que Oliveira extrai as conclusões para a dificuldade de formação de classes, ou seja, de interesses objetificados em sujeitos sociais.

Na estrutura social baiana floresceu a relação clientelista, o compadrio e o favor hierarquizado entre as classes ou grupos de cor e a tradição senhorial de origem escravista favoreceu a acomodação dessa contradição. Toda a sociedade aparecia unida e significada pela trama de

relações pessoais e hierárquicas, numa rede que se estendia do mais rico e mais branco até o mais pobre e preto passando pelo gradiente de cores que daria sentido e legitimidade à organização social fundamental (Oliveira, 1987).

A partir de 1955 a Petrobrás passa investir na Bahia para a extração e refino de petróleo, como vimos. O volume salarial injetado na economia baiana nesse período seria equivalente a 38,7% da riqueza de toda indústria interna do estado, tendo em 1967 atingindo a marca de 50%. Pagando salários muito superiores aos praticados localmente a indústria do petróleo alteraria para sempre a estrutura das classes. O próprio Thales de Azevedo descreve o impacto desta economia no Recôncavo tradicional, desestruturando hierarquias, criando novas elites locais nas pequenas cidades do Recôncavo, como Pojuca, Mata de São João e Catu, abrindo estradas e movimentando a vida noturna (Azevedo, 1999[1959]).

A partir dos anos sessenta, a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) sob influência ideológica desenvolvimentista financia o desenvolvimento industrial nordestino e especificamente o baiano através de inversões de caráter altamente concentrador. (Oliveira, 1987).

Em função destas transformações, a estrutura produtiva e o mercado de trabalho mudam totalmente em Salvador (Oliveira, 1987). No total foram criados centenas de milhares de empregos urbanos, além de novas ocupações, como a de Operador Químico de Processo, personagem importante na literatura sobre identidades de classe em Salvador. Não obstante, a grande massa permaneceria desempregada ou nas franjas periféricas da nova ordem que se instalava. Vilmar Faria (1980) chama atenção para dois outros aspectos interessantes, primeiro a permanência de grandes contingentes ocupados com o trabalho doméstico, indicando o baixo nível de penetração das relações capitalistas de trabalho; segundo, o fato da heterogeneidade estrutural das atividades produtivas marcar a sociedade local, ajudando a contribuir para a permanência da pobreza. Paul Singer segue na mesma direção ao dizer que em 1971, período dos dados que analisa, encontrou-se em Salvador predominância do trabalho doméstico e do modo de produção simples de mercadoria “*indicando um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas*”, sendo esta a causa da pobreza soteropolitana alimentada por: “*modos de produção onde a divisão técnica do trabalho, e portanto, o grau de*

especialização do trabalhador são fortemente limitadas” (Singer, 1980:60). Sem especialização, o trabalhador tem pouco a barganhar, entrando no jogo das classes em situação de fraqueza. Essa fraqueza, no modelo de análise das classes, reflete-se na estagnação social e na pobreza generalizada que só poderia ser revertida a partir da base econômica “sacudida” pelas lutas. Não é inútil assinalar que Singer encontrou entre as profissões de baixo ganho (até 89 cruzeiros da época) 32,3% de mulheres trabalhando como empregadas domésticas, babás, cozinheiras, costureiras, etc. (Singer, 1980). De modo que, como coloca Luiza Bairros:

“Os serviços tradicionais têm maior peso relativo entre os negros (66,8%) do que entre os brancos (42,2%). E se levarmos em conta que metade dos negros da prestação de serviços está nos ramos domiciliares, onde o emprego doméstico representa 68,5% da ocupação poderemos entender melhor o que vimos inicialmente sobre a composição racial dos setores de atividade: a ampliação da proporção de negros num ramo econômico tende a ocorrer, reforçando sua posição subordinada” (Bairros, 1988:299).

Utilizando dados da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) conduzida entre 1987 e 1989 Vanda Barreto e Nadya Castro, além de outros pesquisadores, puderam fazer uma abordagem penetrante da realidade da desigualdade racial no mercado de trabalho baiano. A pesquisa, utilizando metodologia do DIEESE/SEADE, investigou 60.000 domicílios sistematicamente ao longo de dois anos, produzindo um arquivo de 131.000 registros com a situação ocupacional de indivíduos com idade ativa (10 anos ou mais). O emprego doméstico destaca-se novamente como o emprego racial por excelência, apenas 4% dos brancos se encontram nessa ocupação, contra 12% dos pretos e 9% dos pardos ocupados. O mercado informal de trabalho (a tal “franja” de que falava Francisco de Oliveira), importantíssimo em Salvador, estaria composto de 48% de pretos, 40% de pardos e 12% de brancos. Os brancos, sendo 17% dos ocupados, absorvem 54% dos postos de nível superior, enquanto os negros (pretos e pardos) que são 83% dos ocupados são apenas 46% dos ocupados em funções de nível superior (Barreto, 1994).

Por outro lado, a instalação do Pólo demandou uma mão de obra especializada que em parte foi atraída do Sul, principalmente para postos de direção, mas que também fomentou o desenvolvimento de uma força de trabalho técnica local, notadamente de nível médio. Socialmente estes trabalhadores terão uma origem na baixa classe média ou na pobreza “remediada” e se formarão no ambiente otimista dos anos setenta, atendendo as demandas da consolidação de uma sociedade técnica e aberta onde sua formação valeria como acesso ao mundo das classes. Será que finalmente as promessas do capitalismo prefiguradas por Florestan Fernandes se realizariam?

Podemos ver que além do desenvolvimento global, advindo da inversão maciça de recursos na sociedade, tais mudanças criaram oportunidades para profissionais de diversas outras áreas, como engenheiros, médicos, psicólogos, administradores, etc. Em associação com a abertura da sociedade e a integração nacional criou-se um consenso de gosto e estilo de vida prefigurando o surgimento de uma nova classe média. Mais uma vez, entretanto, esse processo não altera fundamentalmente a estrutura racial do mercado de trabalho. Mas criou novas aspirações.

Estas aspirações chocaram-se, e chocam-se todavia, com uma estrutura do mercado de trabalho, marcada, como vimos, pela não-inclusão, pelo subemprego e pelo desemprego estrutural. A economia informal tem importância extraordinária em Salvador neste período. Em 1971, por exemplo, apenas 50% da força de trabalho estava submetida aos padrões contratuais propriamente capitalistas. Essa indefinição ou flutuação da mão-de-obra, que é negra ou afrodescendente, estaria na base da dificuldade de “identificação” de classe em Salvador, auto-identificação, por um lado, e identificação dos opositores de classe, por outro.

O mito da baianidade, que já discuti de outra perspectiva (Pinho, 1998), seria expressão ideológica de uma dificuldade de identificação fundada na indeterminação do trabalho e na herança escravista diluída como regras de decoro social e no “preconceito de ter preconceito”:

“Há um forte elemento histórico na Bahia e em Salvador que marca flagrantemente a história de hoje: o fato de que a sociedade baiana nasceu sob o estigma do trabalho escravo. A

cor não é historicamente, o elemento decisivo:mas o trabalho escravo metamorfoseia-se em cor” (Oliveira, 1987:107).

A diferença regional baiana, fundada na mística da mestiçagem anula ou apaga outras diferenças particularmente significativas porque enraizadas em uma divisão do trabalho colorida pela estrutura hierárquica das raças. O pardo, ou a figura encarnada de mestiçagem seria o colchão amortecedor na estrutura social das divisões entre brancos e negros, impedindo que estas se revelassem como diferenças de classe.

Os dados disponíveis para os anos 70/80, que representam, na verdade, o cenário consolidado do processo de Reafricanização, revelam a persistência de índices de desigualdade e de estruturas de desigualdade estritamente assemelhadas àqueles encontradas para o período anterior, levando a crer que a industrialização e o milagre econômico, apesar de melhorarem os índices gerais, mantiveram a disparidade entre brancos e negros. Por outro lado, a estrutura das ocupações revela que a divisão social do trabalho permanece racialmente marcada neste período em associação o desenvolvimento industrial.

Uma série de estudos – alguns já citados acima – realizados no âmbito, ou sob a influência, do Mestrado em Sociologia e do Centro de Recursos Humanos, assim como pelo Programa “A Cor da Bahia em Salvador”, todos vinculados à Universidade Federal da Bahia, têm colocado a questão em dois níveis :1º pesquisando a composição racial do mercado de trabalho baiano; 2º investigando como as discriminações de cor/raça operam nos cotidianos fabris em indústrias modernas condicionando chances de ascensão, relações interpessoais, etc. As pesquisas têm reiterado que a industrialização e a modernização, apesar de ter representado em certa medida uma chance de mobilidade social para afrodescendentes em Salvador, não alteraram fundamentalmente a estrutura ocupacional tomada em termos raciais, ou seja, negros e mestiços acomodaram-se à tendência modernizadora subordinadamente (por exemplo, Bairros, 1988; Barreto, 1994).

Bairros, Castro, Barreto e outros, insistem no fato de que o desemprego e o subemprego são uma constante em Salvador e que esse fenômeno atinge em números imensamente maiores a população negra. Vanda Barreto toca no ponto que me parece central: “...*existe um espaço nesse mercado – situado ente a ocupação e o desemprego – , cujas características de*

trabalho pouco diferem, que é ocupado principalmente por negros”(Barreto, 1998: 67). Ou seja, muitos dos negros ocupados em Salvador têm condições de trabalho tão precárias e “desregulamentadas” que pouco diferem dos desempregados que sobrevivem de bicos ou expedientes. Haveria uma faixa de mercado de trabalho onde não faz muita diferença estar empregado ou desempregado, ocupada fundamentalmente pelos negros com baixa escolaridade, que são a maioria, como vimos. O grupo social mais representativo entre os desempregados é o de homens pretos, que são 24% do total.

Os pretos empregados em Salvador, por fim, têm uma renda muito baixa, 43% estão na faixa entre 1 e 2 salários mínimos. Dos ocupados pretos, 29%, recebem menos que o mínimo legal, entre os desempregados este número é de 61%; estes dois grupos representam 30% da população pretaⁱⁱⁱ economicamente ativa (Barreto, 1998). A autora indica, por fim, quatro atividades ocupacionais que são significativas entre os pretos: a) “Trabalhos braçais sem qualificação”, b) “Trabalhos sem especificação definida”, c) “Vendedores” e d) “Pedreiros”. 55% dos desempregados e 34% dos ocupados pretos estão nestas categorias em Salvador. Ou seja, uma localização muito semelhante àquela descrita 70 anos atrás. Seria este o lugar do negro na força de trabalho?

A FORMAÇÃO DAS CLASSES E DAS IDENTIDADES

Nesta seção pretendo explorar alguns modos de construção da identidade trabalhadora em Salvador discutidos em bibliografia relevante. Não posso deixar de reconhecer que nesta seção, como no resto deste trabalho, estou influenciado pelo que Guimarães chama de “análise de classe”, ou seja: “*um estilo de explicação sociológica que se fundamenta no princípio de que a estrutura social e sua reprodução dependem, fundamentalmente, da ação das classes*” (Guimarães, 1999:14-15). Como se deu esta ação, matizada pela formação das raças no ambiente histórico em Salvador é, entretanto, parte fundamental de problema.

A máxima de que a história, como o desenvolvimento universal da humanidade, é resultado da ação de homens e mulheres, coalescida pela luta de classes, enraizadas no solo concreto e objetivo das relações econômicas, consolidou-se como central na tradição marxista: “*A História de toda sociedade que existiu até agora é a História da luta de classes*”

(Marx & Engels, 1996:9). Analisar o desenvolvimento de uma sociedade, como surgem e desaparecem instituições, como se coagulam formas de dominação e resistência, costumes, práticas políticas, etc., tudo isso, na análise marxista, poderia ser compreendido através da atenção para a ação dos agentes sociais que, lutando, definem os contornos da batalha e seus resultados sempre repostos e questionados. Uma arena desta luta é o campo da cultura, ou da superestrutura, lugar onde se travam as lutas pela alteração efetiva nas bases estruturais da sociedade. É importante considerar que esta arena não é “exterior” à luta das classes e nem muito menos à estrutura social, “determinante em última instância”, mas está presente como uma dimensão ou desdobramento interno aos processos sociais.

Esta relação entre os aspectos econômicos, ou determinantes em última instância, e as elaborações sociais coletivas no plano do simbólico ou da cultura, é um tópico crucial na discussão da formação das classes. Em “Para a crítica da Economia Política” Marx escreveu:

“Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada do desenvolvimento da forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência, o modo de produção da vida material condiciona o processo geral da vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” (Marx, 1974:136).

Esta metáfora estrutural desencadeou intensa problematidade para a teoria marxista das classes, na medida em que divide o mundo social em duas esferas que sob determinadas análises parecem irreduzíveis, uma mais essencial e real e outra epifenomênica ou ideológica. Compreender a relação entre esta “base real” e suas representações de modo não mecânico, ou seja, sem pressupor que podemos entender algo sobre a cultura isolando-a dos contextos onde se elabora e mirando o foco no econômico, como se dele se pudessem

derivar logicamente as formas culturais é, nesse sentido, essencial, de modo a que seja possível considerar a cultura de modo autônomo sem abrir mão de seu enraizamento na estrutura material de produção social.

É preciso considerar, desse modo, tanto os aspectos materiais da cultura quanto os aspectos culturais da produção material, que no real e no concreto – “*síntese de muitas determinações*” – são inseparáveis. Williams prefere a noção de hegemonia para dar conta dessas interações múltiplas. O conceito de hegemonia é superior a ambos porque dá conta da totalidade das relações de modo a articulá-la às lutas e à contestação em torno de áreas de “poder e influência”. Ou seja, é um conceito dinâmico que pressupõe um equilíbrio instável e repostado nas lutas, expressando o estado atual das relações de força num campo determinado e um estágio definido, marcados ambos pelas lutas.

“A hegemonia (...) é no sentido mais forte uma ‘cultura’, mas uma cultura que tem também deve ser considerada como domínio e subordinação vividos de determinadas classes” (Williams, 1979:113).

E, mais à frente, Williams completa. A hegemonia:

“Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida, modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que são suas próprias pressões. Temos então que acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra-hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes da prática” (Williams, 1979:115-16).

Assim, o autor reconhece em toda formação social a hegemonia como o estatuto das relações de força entre as classes em um ambiente determinado e concreto. Sempre desafiada e renovada, a hegemonia é também sua contradição e resistência. Esta pode ser encarnada em instituições, tradições (formas de consciência) e práticas. Toda formação social produz seus próprios elementos de contradição, a contra-hegemonia se alimenta dessas instâncias que se reproduzem materialmente de forma cultural e culturalmente de modo material.

A cultura popular tem sido a principal fonte de formação das identidades de classe. Thompson (1987) chama atenção para como a “estrutura de sentimento” (para usar uma expressão de Williams) anteriormente elaborada na construção das identidades de classe constitui o solo sobre qual se desenvolvem as lutas de classe. Em Salvador, sobre que tradições a consciência de classe poderia ser estabelecida?

O lugar determinado dos agentes no processo de produção é condição necessária mas não suficiente para determinação das classes, os aspectos ideológicos e políticos são conjuntamente determinantes e deveriam ser levados em consideração. Classes sociais não existem fora das lutas e são, numa formulação famosa, “efeito das lutas de classe”. Lutas de classe podem ser definidas, dessa forma, como práticas de classe. Imersas no conteúdo histórico das lutas, as práticas de classe, como lutas de classe, inscrevem em sua ação elementos da paisagem social como marcas históricas dispersas pela estrutura social, reflexo de lutas hegemônicas passadas: “*A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos*” (Marx, 1974). Estas lutas são travadas num espaço entre as classes e os lugares sociais da produção (ou da divisão social do trabalho), assim como são lutas pela distribuição dos agentes encontrados nesses lugares. Independentemente da vontade dos agentes, esse lugar, histórico, político, material e simbólico, é o ponto de partida para formação dos interesses de classe, de modo que as interações são plenamente dialéticas e ao mesmo tempo arbitrariamente estruturadas. Nessa abordagem, as formas hegemônicas de dominação, com sua contrapartida contra-hegemônica, fazem parte da estrutura material e concreta de determinação para as classes. A estrutura das ocupações e o modo de alocação dos agentes no interior dessas estruturas, um aspecto fundamental para nossa compreensão da estrutura racial da divisão do trabalho na Bahia, é um efeito das classes – como práticas de classe - e não sua materialização completa. Olhando para as estruturas de renda ou para as alocações ocupacionais vemos como as lutas de classe se incorporam na estrutura social e determinam o lugar de classe dos agentes assim distribuídos. Do mesmo modo, o processo de exploração econômica é o mesmo processo de subordinação política, sempre ocorrendo sob formas históricas determinadas. O processo histórico surge como o movimento das estruturas econômicas postas em ação pela luta de classes. A existência das classes se determinaria, dessa

forma, pela sua presença, em outras dimensões além da econômica, onde a classe pudesse reunir conteúdo. Essa presença se manifesta como práticas de classe, que são práticas de oposição. Uma formação social reproduz a si mesma contingencialmente como efeitos e contra efeitos das lutas de classe e, nesse sentido, a luta de classes é o motor da história. (Poulantzas, 1978).

Situando-se num terreno entre significados e estruturas, Paul Gilroy procura demonstrar como a interação entre agentes e estruturas, mediada pela cultura, cria o espaço para a raça e os racismos (e anti-racismos). Ora, *“the terrain of meaning and action is also a field of historical development through struggle”* (Gilroy, 1987:17). A base para os antagonismos raciais deve ser encontrada na forma como as identidades de raça são construídas, essa construção só é possível através das lutas e do acúmulo das lutas passadas. Essas lutas se depositam como *“race formations”*, sedimentos de discursos que convertem diferenças fenotípicas em modelos de hierarquização e discriminação.

O princípio geral encontrado em Williams, Thompson, Poulantzas, Gilroy e outros de que anterioridade histórica cultural formadora do ambiente das identidades e das culturas populares entra com peso importante para a formação das classes e para a constituição do campo operativo das práticas/lutas de classe parece válido e é assumido nesse artigo como esclarecedor para o caso concreto da reafricanização como constituição de novas identidades afrodescendentes em Salvador.

A partir dos anos 70, novas classes operárias do Pólo pareciam ter capacidade para liderar o conjunto dos setores “oprimidos” ou populares. Devido a sua inserção na indústria de ponta mais importante da Bahia, poderiam negociar com vantagem. O saber profissional adquirido principalmente nos cursos técnicos (de segundo grau) na então Escola Técnica Federal da Bahia, formaria esses trabalhadores como detentores de um saber específico, um saber moderno que lhes daria, graças inclusive a características técnicas específicas da indústria de processo químico, controle sobre o processo de produção.

As aspirações da maioria desses trabalhadores técnicos de nível médio, originários de famílias da pobreza “remediada”, ou da pequena classe média, negros na sua maioria, estavam voltadas para o padrão de consumo e vida da classe média. Estas aspirações proporcionadas pelo valor dos salários pagos naquele momento se viam frustradas em dois

aspectos fundamentais. Primeiro no chamado “despotismo” da gestão fabril; e segundo pelas dificuldades do trabalho de turno. A idéia de aristocracia do trabalho, brandida contra esses operários, parece perder assim o sentido, mesmo no momento em que seus salários eram superiores à média local, porque a sua experiência direta de inserção no universo fabril era claramente subordinada e tensionada pela relação com as chefias e com os engenheiros.

As pesquisas de Antônio Sérgio Guimarães, Nadya Castro e Michel Agier mostraram a complexidade das divisões internas e das dificuldades de identificação destes trabalhadores (Agier e Guimarães, 1995). O caso paradigmático na formação das identidades no contexto da indústria de processo químico moderna em Salvador parece ser o de Operador de Processo. Este personagem se inscreve em uma carreira técnica que requer instrução formal e que progride através de níveis funcionais: Operador I, II, III, até Operador Chefe. Nesse sentido, distingue-se do ofício, forma de atividade “prática”, ou seja, sem teoria (formalizada) embutida. Ora, e isso é central nos diversos artigos destes autores, a formação técnica do operador ou de outros técnicos é produzida também na forma de determinada subjetividade, marcada pela cultura do movimento estudantil, pela tradição familiar na luta pela reprodução social e pela tradição afrodescendente quando esta se fazia presente no contexto de origem. Esta identidade está oposta à identidade “universitária” ou bacharelesca dos engenheiros, uma identidade que acaba assumindo o alinhamento com a tradição branca e ocidentalizante presente em Salvador como apanágio das classes dominantes desde o século XIX.

A opção para muitos destes que escolherem o curso técnico não se deu sem contradições. Para muitos, o sonho da carreira universitária foi abortado pelas vicissitudes da vida. Escolhendo uma profissão técnica, moderna e “de futuro” muitos, na verdade, imaginavam, fazer um tempo de espera, um pecúlio, para no futuro retomarem seus sonhos. Do ponto de vista subjetivo, todavia, a realidade das ocupações técnicas modernas tornou-se um pesadelo de opressão no local de trabalho e de frustração das realizações da vida social comum no bairro ou em família em virtude do regime de turno. As diferenças entre engenheiros e peões, entretanto, são ainda mais sutis. O tipo de qualificação exigida ou esperada de engenheiros e peões varia também no que se refere ao seu caráter sociocultural, ou seja, marcas ou *habitus* de

classe inculcados no comportamento e na atitude da vida cotidiana. Ser pobre e portar as marcas dessa socialização em meio popular denuncia o caráter subordinado dos peões frente aos engenheiros. Nesse sentido, o padrão de subordinação entre peões e técnicos está marcado pelos signos de inferiorização e dominação que estão historicamente presentes no conjunto da vida social. Reproduzo abaixo trecho de depoimento de um dos técnicos entrevistados por Agier & Guimarães:

“Aí o dotourzinho (sic) vem de lá e diz se aprova ou não. O péssimo de nossa profissão é isso aí....Tem que esperar que o dotourzinho venha a aprovar uma coisa que ele não viu, não sabe nem por onde vai. Porque muitas vezes ele, pô, nunca foi ao campo pra ver qual é o troço. Aí ele chega, olha assim, não se engraça, e diz: ‘Ah, tá feio! Faça outra Coisa !’ (Agier & Guimarães, 1995:52).

As representações de inferioridade e as distinções são pressupostas e ao mesmo tempo repostas nas relações no espaço da fábrica. No coração da indústria de ponta moderna encontramos os mesmos artifícios da desigualdade que operavam em contextos radicalmente diferentes, tais como os ritualizados procedimentos de subordinação racial e portanto social da Bahia tradicional. O lugar de classe previamente portado pelos agentes se transfere e se reproduz no interior da esfera produtiva no momento mesmo em que este lugar deveria em tese ser transcendido. Como colocam os autores:

“A inferioridade já dada pela posição social se reproduz nas relações e representações no trabalho” (Agier & Guimarães, 1995:64).

Ora, o conjunto da relação entre o cotidiano fabril, as experiências de identidade operária e o cotidiano da vida social é essencial para a construção da identidade. Os fatores da racialização operantes na sociedade soteropolitana durante todo o século XX passado configuram o solo de relações para a construção destas identidades.

O Bairro da Liberdade é o espaço central na topografia imaginária dos movimentos negros baianos, é bairro do Ilê Aiyê, do

Muzenza e do MNU. A liberdade é, sem dúvida, também central como berço exemplar destas novas identidades. No começo dos anos 80 o bairro tinha 130.000 habitantes, em 1980, 18,1% de sua população trabalhava na indústria de transformação enquanto que na cidade como um todo esse número era de 14,7%. A trajetória de muitos dos jovens trabalhadores locais pode ser exemplarmente transcrita como um roteiro de ingresso na vida ativa através de subempregos ou bicos muitas vezes conseguidos através da rede de relações pessoais. Para aqueles que puderam fazer o curso técnico, de nível médio, este seria a garantia ou promessa de inserção diferenciada no mundo de trabalho e passaporte para a classe média. Na verdade, a possibilidade de cursar o nível médio indica a condição prévia da família ou sua capacidade de arcar com o ônus de um filho estudando por mais tempo, e o diploma de segundo grau nesse sentido funcionaria como uma garantia, que é mais social do que técnica, para a empresa que procura rapazes vindo de famílias “estruturadas” e adaptados à rotina e disciplina escolar.

Grande parte das trajetórias individuais analisadas, por Agier, revelam como modos tradicionais clientelistas operaram na “colocação” de muitos trabalhadores no Pólo e como, junto a isso, segue toda uma ritualização das relações hierárquicas.

“No relacionamento (dentro e fora da fábrica:usa-se uma gama predeterminada de termos e comportamentos de polidez e humildade (‘Doutor’, ‘o Senhor’, ‘a Senhora’).” (Agier & Guimarães, 1996:59).

As diferenças raciais são, como era de se esperar, muito importantes nesse campo. Nesta mesma indústria petroquímica moderna o nicho profissional do negro se reduz às funções subordinadas, em geral envolvendo trabalho braçal e risco pessoal. Grande parte dos negros e mestiços concentram-se nas funções inferiores enquanto que serviços de escritório, as chefias e os postos de engenheiro são esmagadoramente ocupados por homens brancos (Castro & Guimarães, 1993).

Paula Cristina da Silva, estudando relações raciais no interior de uma indústria metalúrgica fundada em 1965 no Centro Industrial de Aratu (CIA), analisa a correspondência entre termos ocupacionais, educacionais e de renda de um lado e de outro a cor, local de residência, etc. Nesta empresa 75,9% dos trabalhadores são negros. A autora atribui

este grande percentual, comparativamente à indústria petroquímica, à existência na metalurgia de maior número de atividades braçais ou de risco, nicho do trabalho negro. Assim, os operários que trabalham na “Boca de Forno”, ou seja, no espaço das caldeiras, são principalmente negros e pouco instruídos, enquanto no escritório, em funções de chefia ou gerência encontramos os poucos brancos. Além do risco e mal-estar implícitos no trabalho, a “Boca de Forno” é caracterizada pelo tipo de relação autoritária e violenta entre chefes e subordinados. As técnicas tradicionais de submissão racial também são encontradas e a maneira “correta” de se evitar o preconceito é ficar no seu devido lugar, além de não ligar para os tradicionais apelidos: “*negão, urubu, urubu com sono, Pelé, buiu, trombadinha da FEBEM, etc.*” (Silva, 1997:104). Um dos depoimentos recolhidos por Silva é bastante eloqüente:

“Aqui dentro eu sou operário da (***) , não quero saber que o diretor é branco é crioulo, que é amarelo, que é sarará... Lá fora ele pode ser louro, sarará, amarelo, branco, mas, aqui dentro, ele é (***) . Ele é dono ou é operário... então a partir daí é que eu coloco essa coisa de que qualquer setor que depender de meu serviço eu estou lá para atender com naturalidade. Ele pode ser preto, ser branco, aqui dentro, eu vou servir à (***) . Lá fora... eu vou ver onde é que eu sou bem querido pra ir, que eu jamais eu posso ir se eu sentir que eu não fui bem aceito no local, eu só vou aquela vez” (Silva, 1997:126-7)

A identidade social centrada no trabalho pode ser para certos sujeitos, situados em determinada posição social adequada no momento certo, uma estratégia de promoção social que muitas vezes se encontra frustrada pelo que expus acima. Por outro lado, os estudos deixam claro que os trabalhadores na indústria petroquímica moderna são uma minoria da população ativa total da cidade, e um percentual ainda menor entre a população ativa negra, que se encontra em grande parte no subemprego, como vimos. A estratégia parece então ter alcance bastante limitado. Imaginou-se que os trabalhadores da avançada indústria de processo poderiam formar a parte mais dinâmica e mais agressiva do proletariado baiano, capaz de capitanear as lutas de classe por melhores condições de vida, maior participação política, etc. Hoje, de um ponto de

vista privilegiado podemos ver que essas promessas não se realizaram (Guimarães, 1998).

CONCLUSÃO: PRÁTICAS DE RAÇA E CLASSE

Classe e raça parecem ser fenômenos de natureza completamente diferente. Lembremos que classes são relações antagônicas e não entidades discretas nelas mesmas existentes, desse modo classes são práticas de classe como efeitos da ação sobre as estruturas. Lutas de classe são o motor da história no sentido de que as alterações no arranjo das classes são a dinâmica semovente das sociedades que são, ao fim e ao cabo, processos, como o processo social brasileiro. Raças seriam, por sua vez, construções históricas de fundo biologizante, que historicizam as hierarquias e diferenças pelo recurso à naturalização das desigualdades. Assim, classes têm o seu estatuto ontológico vinculado à idéia de trabalho como produção social. Raça tem seu estatuto ligado à idéia de cultura como foco de ontologização das diferenças, desigualdades e hierarquias sociais. Ora, como em Salvador a cultura molda ou moldou o trabalho? Qual a forma específica de determinação histórico-cultural do trabalho pelas estruturas culturais e, mais importante, como o trabalho, como estrutura interior do social, se realizou culturalmente? Parece-me que na única forma possível: materialmente condicionado pelo contexto e tradições de luta e resistência anteriores. Esta anterioridade pode ser descrita em termos raciais se atentarmos para a dinâmica efetiva da racialização posta em operação no processo em tela.

Parece que estamos, felizmente, alcançando uma compreensão dos jogos de linguagem raciais presentes na sociedade brasileira que justamente reconheça os aspectos multi-determinados e multi-referenciados dos usos da raça nos contextos da interação e nas instâncias da representação. A compreensão da multi-dimensionalidade da raça parece baseada no reconhecimento de algumas propriedades das práticas raciais ou de racialização no Brasil. Uma destas seria a contextualidade. Pesquisas empíricas em vários âmbitos têm demonstrado que o conjunto das relações raciais brasileiras opera pela adequação ao contexto local e imediato de interação (Sansone, 1992, 1993; Schwarcz, 1999). Às vezes o sujeito é moreno, às vezes é negro, às vezes é escuro e às vezes é “negão”. Ora, isso não é tão surpreendente se

pensarmos em que o mundo da vida cotidiana é sempre negociado e renegociado em contextos imediatos de interação face-a-face. Estas operações sustentam o mundo do conhecimento comum onde, suponho, as raças também aparecem (Berger, 1976). Oracy Nogueira, definindo o preconceito brasileiro como de marca, ou seja, baseado em avaliações fenotípicas negociadas em conjunção a outros fatores do “pacote” ou “*ensemble*” racial (educação, “relações”, etc.), colocava o dedo sobre a ferida. O sistema racial não parece, então, coerente, monolítico, não sendo de fato um sistema mas um conjunto de procedimentos *ad hoc*. Ainda mais acurada parece ser a interpretação de Crapanzano, para quem as lógicas de classificação, inclusive as raciais, incorporam fundamentalmente, além do aspecto semântico – a divisão em categorias – um aspecto pragmático – como se aplicam as categorias.

“(…) para chegar à compreensão dos efeitos político e social de sistemas de classificação social, racial ou outros, qualquer estudo a seu respeito deve levar em conta a maneira como o sistema determina as manipulações e aplicações permissíveis de suas unidades. É no plano da pragmática – do jogo retórico – que o poder se introduz na classificação” (Crapanzano, 2002:446).

O caráter retórico das práticas de racialização, e dos jogos contextuais de raça no Brasil, está, como vimos para o caso baiano, pleno de injunção de poder, apesar e além de contextuais. Ou seja, a contextualidade destas práticas não significa que estejamos operando em um ambiente onde as raças não têm prevalência.

Um comentário de Otávio Ianni em um dos artigos que discutimos acima lança luz sobre o problema. Segundo ele, o negro pode tornar-se branco, assim como o índio civilizado; continua, contudo, sempre a existir negros e brancos, assim como bugres e civilizados. (Ianni, 1966). O princípio de categorização opera “por sobre” os indivíduos que não estariam aderidos às famigeradas categorias raciais. Ao mesmo tempo, sempre existe o risco de alguém errar ao classificar algum outro. “Deslizar” racialmente para categorias inferiores de acordo com a qualidade e circunstância da interação é assim uma possibilidade sempre presente neste campo retórico. Sendo assim, é o aspecto pragmático, ou seja, o uso das categorias que põem em ação a máquina

do poder, da exclusão e da violência e não a existência *per se* das categorias, permanecendo estas, em si difusas, pairando sobre cada evento social determinado. O caráter contextual das modalidades de racialização ressalta a existência espúria das categorias raciais como instrumentos de subordinação, bem como a virtualidade sempre reposta de seu uso pragmático como operadoras de poder, mantendo os agentes num permanente jogo que é ele próprio racial. A contextualidade “policromática” da miscigenação brasileira aparece desse modo como um complexo e perverso jogo retórico-pragmático de subordinação e violência.

Práticas de raça são, por fim, o território da ação sobre um terreno minado pelas “gerações mortas”, são eminentemente o campo da ação entre estrutura e agência, o lugar do imprevisto e da performance como prática improvisacional (Drewal, 1992). Não precisamos pressupor, portanto, uma centralidade indiferenciada para a categoria raça nas análises sociológicas no Brasil, mas, como coloca Costa, considerar como “*os agentes sociais decodificam as estruturas e constroem significados que orientem seus comportamentos e escolhas*” (Costa, 2002:50). Na verdade, mais que isso, talvez seja importante perceber como agentes racializados transformam essas estruturas raciais ao interpretá-las pela ação através do que poderíamos chamar de lutas pela classificação. Estas estão marcadas pelo “trabalho de representação” no qual se disputa o jogo político das lutas por hegemonia. (Bourdieu, 1989).

Nesse sentido, lutas pela classificação racial, repostas no mundo das interações face-a-face, são portadoras das relações de força que as constituem, como vimos para o caso de Salvador. A eficácia simbólica da racialização parece só ser possível no contexto baiano pela dissimulação de seu caráter produtor da exclusão, porque esse princípio (de exclusão) está substituído pelo pseudoconceito da mestiçagem. Assim, é possível um racismo sem sujeito (os racistas) e sem objeto (os negros), porque a indiferenciação habita o coração da vida social. Volto a Francisco de Oliveira:

“A mestiçagem, denominada por Gilberto Freyre ‘miscigenação’, opera-se por obra de uma indefinição social que tem por raiz a inserção na matriz da divisão social do trabalho” (Oliveira, 1987:112).

Assim, afrodescendentes, racializados sob todos os aspectos, habitantes de um mundo racial coagulado por categorias insistentemente raciais ou pseudo-raciais, não podem fazer para si uma identidade política autônoma e de massas, assim como não podem jamais esquecer seu lugar racial na estrutura social, justamente porque ocupam na estrutura das classes um lugar, ao mesmo tempo material e simbólico, aprisionado pela indiferenciação, subsistindo por mais de um século nas franjas da estrutura ocupacional e coagidos, ainda que às vezes docemente, pela retórica da miscigenação, que nunca impediu a vigência das práticas raciais, retóricas e pragmáticas, mas não por isso menos eficazes em produzir seus resultados, nossa anulação política, subalternização cultural e a expropriação econômica.

Porque precisamos falar de raças como “coisas”, categorias, objetos do senso comum, que, na verdade, não existem em lugar nenhum, ao invés de falarmos em raças como práticas ou procedimentos racializantes? Práticas de oposição e construção de hegemonia que se desenvolvem em níveis diversos e em direções diferentes, que entre si mantêm “semelhanças de família”, práticas de resistência e dissimulação, táticas e estratégias de ocultamento e negação.

Raças seriam práticas, modos de ação que são 1) históricos, quer dizer contingentes, processuais (ou inseridas em processos não necessariamente convergentes ou coerentes) e embebidas na tradição, ou só possíveis pela tradição; 2) operantes no mundo da vida, nesse sentido são concretas – síntese de muitas determinações – objetivas, e estruturas estruturantes que ao se “aplicarem” criam condições para sua reconstrução negociada (Bourdieu, 1972).

Reeditando de outro modo a questão dos autores clássicos, perguntaria: Em Salvador não haveria classes – plenamente constituídas nas lutas, capazes de realizar a mudança social que parece ser tão desejada — por que haveria as raças? Não temos classe porque temos raças? Ou classes por demais racializadas? As dificuldades de representação, no sentido político e simbólico (Cf. Spivak, 1989, 1990) dos não-hegemônicos se enraizariam nessa deficiência, na medida em que a fragilidade da constituição das classes impede a constituição adequada de uma política de representação contra-hegemônica?

Será que afrodescendentes em Salvador não podem representar a si mesmos devendo ser representados^{iv}? Existindo, assim, para o Outro e sendo ao mesmo tempo um Outro? Devo confessar que me pergunto se

o processo caminhou para chegar ao mesmo lugar, ou seja: na impossibilidade de auto-representação “desalienada” para os negros, na indefinição de nosso lugar na estrutura produtiva, na debilidade da crítica cultural que parecemos capazes de fazer.

BIBLIOGRAFIA

AGIER, Michel. (1994), “Classe” ou “raça”? Socialização, Trabalho e Identidades Opcionais”. *Análise & Dados. O Negro*. Salvador, CEI, vol3, nº 4:7-13.

AGIER, Michel. (1992), “Novos Status e Outros Novos Negros. Questões de Identidade entre Trabalhadores Baianos”. *Série Toques*, nº 1.

AGIER, Michel. (1992), “Etnopolítica- A Dinâmica do Espaço Afro-Baiano”. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº22:99-15.

AGIER, Michel. (1995), “Mobilidades: Algumas Formas Recentes de Diferenciação Social”, in A. S. GUIMARÃES & M. AGIER & N. CASTRO (orgs.). *Imagens e Identidades do Trabalho*. São Paulo, HUCITEC/ORSTOM.

AGIER, Michel. (1998), “Lugares e Redes – As mediações da cultura urbana”. in A. M. NIEMEYER & E. P. GODOI (orgs.). *Além dos Territórios. Para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas, Mercado de Letras.

AGIER, Michel & GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. (1995), “Técnicos e Peões: A Identidade Ambígua”. in A. S. GUIMARÃES & M. AGIER & N. CASTRO (orgs.). *Imagens e Identidades do Trabalho*. São Paulo, HUCITEC/ORSTOM.

ALBERTO, Luiz. (2000), As Relações Raciais no Brasil e as Perspectivas para o Próximo Milênio. in A. S. GUIMARÃES & L. HUNTLEY. *Tirando a Máscara. Ensaios sobre Racismo no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra/SEF.

ARAÚJO, Joel Zito. (2000), “Identidade Racial e Estereótipos sobre o Negro na TV Brasileira”. in A. S. GUIMARÃES & L. HUNTLEY. *Tirando a Máscara. Ensaios sobre Racismo no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra/SEF.

ARAÚJO, Tania Bacelar. (1995), “Nordeste, Nordestes: Que Nordeste? in R. de Brito AFFONSO & P. L.. B. SILVA (orgs.).

Federalismo no Brasil. Desigualdades Regionais e Desenvolvimento. São Paulo, FUNDAP/Editora da UNESP.

ARAUJO, Rosângela Costa. (1994), “Profissões Étnicas: A Profissionalização Capoeira em Salvador”. *Análise&Dados. O negro*, Salvador, CEI, vol3, nº4:30-32.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (1996), “Dilemas do Brasil Moderno: A Questão Racial na Obra de Florestan Fernandes”, in M. C. MAIO & R. V. SANTOS (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade.* Rio de Janeiro, Editora Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil.

AZEVEDO, Thales. (1959), “Imagens e Estereótipo Raciais e Nacionais”. in *Ensaio de Antropologia Social.* Salvador, Publicações da Universidade da Bahia.

AZEVEDO, Thales. (1955), *As Elites de Cor numa Cidade Brasileira. Um Estudo de Ascensão Social & Classes Sociais e Grupos de Prestígio.* Salvador, Empresa Gráfica da Bahia. EDUFBA. 2ª Edição.

AZEVEDO, Thales. (1966), “Classes Sociais e Grupos de Prestígio”. in *Cultura e Situação Racial no Brasil.* Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

AZEVEDO, Thales. (1969), *Povoamento da Cidade do Salvador.* Salvador, Editora Itapuã, Coleção Baiana.

BAIROS, Luiza. (1988), “Pecados no “Paraíso Racial”: O negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980”. in REIS, J. J. (Org.) *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil.* São Paulo, Brasiliense.

BAIROS, Luiza. (1987), *Pecados no “Paraíso Racial”: O negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980.* Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. UFBA, Salvador.

BARRETO, Vanda Sá. (1994), *Novos Padrões Tecnológicos. Desigualdades raciais e Novas Exclusões.* *Análise&Dados O Negro*, Salvador, CEI, vol. 3, nº 4:14-17.

BARRETO, Vanda Sá. (1998), “Entre o Trabalho Precário e o Desemprego”, in CASTRO, Nadya A. & Barreto, Vanda Sá (Orgs.). *Trabalho e Desigualdades Raciais. Negros e Brancos no Mercado de Trabalho em Salvador.* São Paulo, Annablume/A Cor da Bahia.

BASTIDE, Roger & FERNADES, Florestan. (1971), “Manifestações do Preconceito de Cor”, in R. BASTIDE & F. FERNADES. *Brancos e Negros em São Paulo.* São Paulo, Companhia Editora Nacional.

- BASTIDE, R & FERNANDES, F. (1971), *Branco e Negro em São Paulo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- BERGER, Peter. (1976), “Os Fundamentos do Conhecimento na Vida Cotidiana”, in *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis, Vozes.
- BERQUÓ, Elza. (1999), *Condições de Vida e Saúde Reprodutiva da População Negra*. Rio de Janeiro, Mimeo. (Anexo preparado para apresentação no curso Fábrica de Idéias no Centro de Estudos afro-asiáticos.)
- BOURDIEU, Pierre. (1989), “A Gênese do conceito de *Habitus* e de Campo”. in *O Poder Simbólico*. DIFEL. Rio de Janeiro/Lisboa.
- BOURDIEU, Pierre. (1974), “Condição de Classe e Posição de Classe”. in N. AGUIAR (org.). *Hierarquias em Classes*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- BOURDIEU, Pierre. (1972), “Esquisse d’une Théorie de la Pratique”. in BOURDIEU: *Esquisse d’une Théorie de la Pratique. Précédé de trois études d’ethnologie kabyle*. Genève, Librairie Droz,
- CASTRO, Nadya Araujo. (1998), “Trabalho e Desigualdades Raciais: Hipóteses Desafiadoras e Realidades por Interpretar”. in N. A. CASYTRO. & V. S. Barreto (orgs.). *Trabalho e Desigualdades Raciais. Negros e Brancos no Mercado de Trabalho em Salvador*. São Paulo, Annablume/A Cor da Bahia.
- CASTRO, Nadya Araujo & BARRETO, Vanda Sá. (1998), “Anexo Metodológico”. in N. A. CASYTRO. & V. S. Barreto (orgs.). *Trabalho e Desigualdades Raciais. Negros e Brancos no Mercado de Trabalho em Salvador*. São Paulo, Annablume/A Cor da Bahia.
- CASTRO, Nadya A. (1998), & BARRETO, Vanda Sá (rgs.). *Trabalho e Desigualdades Raciais. Negros e Brancos no Mercado de Trabalho em Salvador*. São Paulo, Annablume/A Cor da Bahia.
- CASTRO, Nadya Araujo & GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. (1993), “Desigualdades Raciais no Mercado e nos Locais de Trabalho”. Rio de Janeiro, *Estudos Afro-Asiáticos*, nº24.
- CASTRO, Nadya Araujo & GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. (1992), “Les Ouvriers de La Décennie Perdue. Reflexions sur Le Travail Industriel e Les Identités de Classe à Bahia, Brésil”. *Cahiers de Sciences Humaines*, 28 (3):373-389.
- CHERKAoui, Mhamed. (1997), “Le réel et ses Niveaux Peut-on Toujours Foder La Macrologie Sur la Micrologie?” *Revue Francaise de Sociologie*, XXXVIII-3:497-524.

COSTA, Sérgio. (2002), “A Construção Sociológica da Raça no Brasil”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, jan-abril, nº1 (especial):35-62.

CRAPANZANO, Vincent. (2002), “Estilos de Interpretação e Retórica de Categorias Sociais”. in MAGGIE, Y. & REZENDE, C. B. (Orgs.). *Raça como Retórica. A Construção da Diferença*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

DEGLER, Carl. (1976), *Nem Preto Nem Branco. Escravidão e relações raciais no Brasil e no E.U.A.* Rio de Janeiro, Editorial Labor do Brasil,

DREWAL, Margareth T. (1992), *Yoruba Ritual. Performers, Play, Agency*. Bloomington. Indiana, Indiana University Press.

DUMONT, Louis. (1992), “Casta, Racismo e “Estratificação”.(Apêndice A)”, in *Homo Hierarchicus. O Sistema das Castas e Suas Implicações*. São Paulo, Edusp.

FARIA, Vilmar E. (1980), “Divisão Inter-regional do Trabalho e Pobreza Urbana. O Caso de Salvador”, in G. SOUZA & V. FARIA (orgs.). *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP:9-22.

FERNANDES, Florestan. (1978), *A Integração do Negro na Sociedade de Classes, vol. 1*. São Paulo, Editora Ática.

FERNANDES, Florestan. (1972a), “Mobilidade Racial e Relações Raciais: O Drama do Negro e do Mulato em uma Sociedade em Mudança”, in *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo, Difusão Européia do Livro do Livro.

FERNANDES, Florestan. (1972b), “Além da Pobreza: O Negro e o Mulato no Brasil”, in *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

FERNANDES, Florestan. (1972c) A Persistência do Passado in *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

FIGUEIREDO, Ângela. (1999), “Velhas e Novas “Elites Negras”, in M. C. MAIO & G. V. BÓAS (orgs). *Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil. Ensaio sobre Luiz Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FOLHA DE SÃO PAULO. (1998), *Disparidade Marca Eleitorado*. Domingo, 23 de agosto de Especial :12.

FOLHA DE SÃO PAULO. Sábado, 24 de março de 2001. Caderno C:7

- GIANNOTTI, José Arthur. (1984a), O Ardil do Trabalho. *in Trabalho e Reflexão. Ensaios para uma Dialética da Sociabilidade*. São Paulo, Brasiliense.
- GIANNOTTI, José Arthur. (1984b), *Trabalho e Reflexão. Ensaios para uma Dialética da Sociabilidade*. São Paulo, Brasiliense.
- GILROY, Paul. (1987), “Steppin`out of Babylon – Race, Class and Autonomy”, *in The Empire Strikes Back. Race and Racism in 70s Britain*. London, Hutchinson/CCCS.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. (1996), “Cor, Classe e Status nos Estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1960”, *in*. M. C. MAIO & R. V. SANTOS. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. (1987), “Estrutura e Formação das Classes Sociais na Bahia”. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n° 18:57-69.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. (1993), “Operários e Mobilidade Social na Bahia. Análise de uma trajetória Individual”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n° 22:81-97.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. (1998), *Um Sonho de Classe. Trabalhadores e Formação de Classe na Bahia do anos 80*. São Paulo, HUCITEC/Pós-Graduação em Sociologia – USP.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. (1999), “Classes Sociais”, *in* S. MICELI (org.) *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. *Sociologia*. São Paulo, Editora Sumaré/ANPOCS/CAPES.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo & AGIER, Michel. (1990), “Identities in Conflict: Technicians and Peasants in Petrochemical Bahia”. São Paulo, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, N° 13. Jun. 51-68.
- HASENBALG. (1979), Carlos. *Discriminações e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- HASENBALG, Carlos. (1985), “Race and Economic Inequalities in Brazil”, *in Race, Class and Power in Brazil*. P-M FONTAINE (ed.). Center for Afro-American Studies. Los Angeles, University of California.
- HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do Valle. (1999), “Notes on Racial and Political Inequality in Brazil”, *in* M. HANCHARD. *Racial Politics in Contemporary Brazil*. Durham and London, Duke University Press.

IANNI, Octavio. (1977), “Organización Social y Alienación”, in M. M. FRAGINALS (org) *África en América Latina*. Ciudad del México, Siglo Veintiuno.

IANNI, O. (1966a), “Raça e Classe”, in *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

IANNI, O. (1966b), “Capitalismo e Escravidão”, in *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

KERSTENETZY, Célia L. e CARVALHO, Fernando J. C. (2000), “Até que Ponto o Brasil Honrou os Compromissos assumidos em Copenhague”. *Observatório da Cidadania*, nº 4:115-166.

LOVELL, Peggy. (1999), “Women and Racial Inequality at Work in Brazil”, in M. HANCHARD. *Racial Politics in Contemporary Brazil*. Durham and London, Duke University Press.

McDONOUGH, Roisín. (1978), “Ideology as False Consciousness: Lukács”, in *On Ideology*. London, CCCS/Hutchinson University Library.

MARX, Karl. (1974), “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, in *MARX. Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural.

MARAUX, Amélia T. (1994), “Sindicato dos Estivadores: Um Espaço Negro?” *Análise&Dados. O Negro*. Salvador, CEI, v. 3, n. 4:23-26, mar.

MENEZES, Jaci. (1994), “Educação e Cor-de-Pele na Bahia. O acesso à educação a negros e mestiços”. *Análise&Dados, O Negro*, Salvador, CEI, vol. 3, nº 4:82-99.

MNU. (1988), *Movimento Negro Unificado. 1978-1988. 10 anos de Luta Contra o Racismo*. Salvador.

MORALES, Anamaria. (1991), “Blocos Negros em Salvador: reelaboração cultural e símbolos de baianidade”. *Caderno CRH. Suplemento. Cantos e Toques: etnografias do espaço negro na Bahia*. Salvador, fator.

NASCIMENTO, Regina Célia de Oliveira. (1994), “Trajetória de Uma Identidade”, Dissertação, dissertação de mestrado, Campinas, IFCH/UNICAMP, sociologia.

NOGUEIRA, Oracy. (1985 [1954]), “Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem (sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil)” in *Tanto Preto quanto Branco: Estudos de Relações Raciais*, São Paulo, T.ª Queiroz.

- OLIVEIRA, Lúcia Elena G. (1985), de ; PORCARO, Rosa Maria & ARAÚJO, Tereza Cristina. *O Lugar do Negro na Força de Trabalho*. Rio de Janeiro, IBGE.
- OLIVEIRA, Francisco. (1980), “Salvador: Os Exilados da Opulência (expansão capitalista numa metrópole pobre)”, in G. SOUZA & V. FARIA (orgs.). *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP.
- OLIVEIRA, Francisco. (1987), *O Elo Perdido. Classe e Identidade de Classe*. São Paulo, Brasiliense.
- PAIXÃO, Marcelo. (2002), “Brasil: Retrato em Branco e Negro”. *Democracia Viva*, Mar/jun nº13:84-87.
- PIERSON, Donald. (1971[1942]), *Branços e Prêtos na Bahia*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- PINHO, Osmundo de A. (1998), ““A Bahia no Fundamental”: Notas para uma Interpretação do Discurso Ideológico da Baianidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, nº36:109-120.
- POULANTZAS, N. (1978), “Introduction: Social Classes and their Extended Reproduction”, in *Classes in Contemporary Capitalism*. Londres, Verso.
- PRZEWORSKI, Adam. (1989), *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Companhia da Letras.
- RISÉRIO, Antônio. (1981), *Carnaval Ijexá*. Salvador, Corrupio.
- SAHLINS, Marshall. (1990), “Estrutura e História”, in *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- SAID, Edward. (1990), *O orientalismo. O Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SANSONE, Lívio. (1992), “Cor, Classe e Modernidade em Duas Áreas da Bahia. Algumas Primeiras Impressões”. *Série Toques*, Salvador: UFBA/CRH.
- SANSONE, Lívio. (1993), “Pai Preto, Filho Negro, Cor e Diferenças de Geração”. Rio de Janeiro, *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 25:73-98.
- SCHWARCZ, Lilia M. (1999), “Questão Racial e Etnicidade”, in S. MICELI (org.). *O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. *Antropologia*. São Paulo, Editora Sumaré/ANPOCS.
- SCHWARTZ, Stuart. (1995), B. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SILVA, Nelson do Valle. (2000), “Extensão e Natureza das Desigualdades Raciais no Brasil”, in A S.GUIMARÃES & L.

HUNTLEY. *Tirando a Máscara. Ensaio sobre Racismo no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra/SEF.

SINGER, Paul. (1980), “A Economia Urbana de um Ponto de Vista Estrutural: Caso de Salvador”, in G. SOUZA & V. FARIA (orgs.). *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP.

SKIDMORE, Thomas E. (1985), “Race and Class in Brazil: Historical Perspectives”, in *Race, Class and Power in Brazil*. FONTAINE, Pierre-Michel (ed.). Center for Afro-American Studies. Los Angeles. University of California.

SKIDMORE, Thomas. (1998), *Uma História do Brasil*. São Paulo, Paz e Terra.

SOLOMOS, John & BACK, Les. (1995a), “Theoretical and Conceptual Issues”, in *Race, Politics and Social Change*. London and New York, Routledge.

SOLOMOS, John & BACK, Les. (1995a), “Race, Politics and Social Change”, in *Race, Politics and Social Change*. London and New York, Routledge.

SOUZA, Ângela Gordilho. (2000), “Muito Além dos Cartões Postais. Cidades Turísticas e Habitação de Interesse Social”. *Oculum. Ensaio. Revista de Arquitetura e Urbanismo*. FAU-Puc Campinas, nº1:73-98.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (1988), “Can The Subaltern Speak?”, in NELSON, C. & GROSSBERG, L. (orgs.) *Marxism and Interpretation of Culture*. Urbana and Chicago, University of Illinois Press.

SPIVAK, Gayatri C. (1990), “The Problem of Cultural Self-Representation”, in *The Post-Colonial Critic, Interviews, Strategies, Dialogues*. New York. Routledge.

THOMPSON E. (1987), *A Formação da Classe Operária Inglesa I. A Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

TOMASKOVIC-DEVEY, Donald. (1993), “Segregation, Inequality and Discrimination”, in *Gender and Racial Inequality at Work*. Cornell. IRL Press.

WEBER, Max. (1994), *Economia e Sociedade. Vol. 1*. Brasília, UNB.

WILLIAMS, Raymond. (1979), *Marxismo_e Literatura*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

NOTAS

ⁱ Este artigo é uma versão resumida e adaptada do primeiro capítulo de minha tese de doutorado ““ O Mundo Negro: Sócio-Antropologia da Reafricanização em Salvador”” defendida em março de 2003 na UNICAMP. Gostaria de agradecer aos meus membros da banca examinadora, Livio Sansone, Mariza Corrêa, Suely Koffes, Antonio Sérgio Guimarães e Antonio Arantes, meu orientador, pelas críticas e sugestões. Uma versão preliminar do capítulo foi apresentada e discutida em um dos Seminários Internos do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da UCAM em 2002, nesse sentido gostaria de agradecer aos participantes do encontro, assim como a todos os colegas do CEAB.

ⁱⁱ Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP. Pesquisador do Centro Estudos Afro-Brasileiros da UCAM. Bolsista do Programa GRAL da Fundação Carlos Chagas/John D. & Catherine T. MacArthur Foundation

ⁱⁱⁱ Seguindo-se a classificação do IBGE que diferencia pretos de mulatos e pardos.

^{iv} Discutindo como o segundo Bonaparte pôde conquistar o apoio dos camponeses franceses, Marx, como é conhecido, descreve a falta de identidade de classe dos camponeses tal como determinada pelo estágio concreto de desenvolvimento das forças de produção no momento: ““ *Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não criam entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. (..) Não podem representar-se, têm que ser representados*”” (Marx, 1974:403). (ênfase adicional).